

Despacho n.º 7449/2008

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Ana Rita de Sousa Veloso Barradas da Costa Pinheiro, técnica de grau dois do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, para prestar apoio técnico ao meu Gabinete, no âmbito da sua especialidade na área das ciências agrárias.

2 — A presente nomeação manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções, podendo, no entanto, ser revogada a todo o tempo

3 — É atribuído à nomeada a remuneração correspondente à de adjunto de Gabinete, incluindo despesas de representação e subsídios de férias, de Natal e refeição.

4 — Quando se deslocar em missão oficial no País ou no estrangeiro o nomeado terá, ainda, direito aos abonos das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo no montante igual ao que estiver em vigor para os servidores do Estado com a categoria correspondente ao índice 710 da tabela salarial do sistema retributivo da função pública.

5 — A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Março de 2008.

28 de Fevereiro de 2008. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Direcção-Geral de Pescas e Aquicultura**Direcção de Serviços de Administração****Despacho n.º 7450/2008**

Por ter sido publicado em duplicado o Despacho (extracto) n.º 3173/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 28, de 8 de Fevereiro, deverá o mesmo ser anulado.

26 de Fevereiro de 2008. — A Directora, *Maria Fernanda Luz Guia*.

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte**Despacho n.º 7451/2008**

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela lei 51/2005, de 30 de Janeiro, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicitação do processo de selecção do titular do cargo Direcção Intermédia de 2.º Grau — Delegado Regional do Ave — constante da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, no Correio da Manhã, no *Diário da República* e na Bolsa de Emprego Público.

Decorreram as operações de selecção, a cargo do Júri, de acordo com os métodos então publicitados na Bolsa de Emprego Público.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o Júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º do lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar o cargo o candidato António Manuel da Silva Fernandes.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente a aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados, considero que face a tais resultados, o candidato António Manuel da Silva Fernandes possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo concurso.

Assim, nomeio para o cargo de Delegado Regional do Ave, o Licenciado António Manuel da Silva Fernandes, em comissão de serviço e pelo período de 3 anos, nos termos dos n.os 8, 9 e 10 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos desde o dia 1 de Fevereiro de 2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Fevereiro de 2008. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

Nota curricular

Dados Pessoais — António Manuel da Silva Fernandes, casado, nascido em 20-01-1963, natural de Braga e residente na Praceta Padre Diamantino Martins, 14 — 1.º Esq. — 4700-438 Braga.

Formação Académica:

Licenciatura em Engenharia Agrícola;
Mestre em Ciências Agrárias — Agricultura Ambiente e Mercados;
Pós-graduação em Administração Pública na especialidade de Gestão Pública.

Formação Profissional — Possui vários Cursos de Formação na área Agronómica, Ambiental, Desenvolvimento Pessoal e Informática.
Experiência Profissional:

Exerceu actividades, até à data, na experimentação e divulgação, nomeadamente, no estudo de novas práticas agronómicas e tecnológicas para o tratamento de efluentes, uso racional de azoto e compostagem de resíduos orgânicos;

Em 28 de Março de 2007, é nomeado em regime de substituição — Delegado Regional do Ave, conforme Despacho n.º 10128/2007 publicado no D.R. n.º 105, 2.ª Série, de 31 de Maio.

Despacho n.º 7452/2008

De acordo com o disposto no n.º 1 do Artigo 21.º da lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela lei 51/2005, de 30 de Janeiro, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicitação do processo de selecção do titular do cargo Direcção Intermédia de 2.º Grau — Delegado Regional do Cávado — constante da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, no Correio da Manhã, no *Diário da República* e na Bolsa de Emprego Público.

Decorreram as operações de selecção, a cargo do Júri, de acordo com os métodos então publicitados na Bolsa de Emprego Público.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o Júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º do lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar o cargo o candidato, Henrique Manuel Rita dos Santos.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente a aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados, considero que face a tais resultados, o candidato, Henrique Manuel Rita dos Santos, possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo concurso.

Assim, nomeio para o cargo de Delegado Regional do Cávado, o Licenciado, Henrique Manuel Rita dos Santos, em comissão de serviço e pelo período de 3 anos, nos termos dos n.os 8, 9 e 10 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos desde o dia 1 de Fevereiro de 2008

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de contas)

26 de Fevereiro de 2008. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

Nota curricular

Dados Pessoais — Henrique Manuel Rita dos Santos, casado, nascido em 06-03-1962, natural de Rochoso, Concelho de Guarda e residente na Rua das Forças Armadas, n.º 196 — 3.º Esq. — 4700 Braga.

Formação Académica:

Licenciatura em Engenharia Zootécnica
Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural

Formação Profissional:

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, promovido pelo INA, em 2006;

Ação Formação de Coordenadores Regionais da Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, promovida pelo GPPAA, em 2006;

Ação de formação GESCOR — Gestão de Correio, promovida pela DRAEDM, em 2006;

Curso Sistemas Digitais de Informação Geográfica, promovido pela DRAEDM, em 2003.

Experiência Profissional:

Desde Outubro de 2001 a Fevereiro de 2007, Chefe de Divisão de Programação, Recolha e Tratamento de Dados da DRAEDM;

De Outubro de 1994 a Outubro de 2001, responsável da Estação Regional de Culturas Arvenses e do Centro de Formação Profissional de Merelim da DRAEDM;

De Junho de 1993 a Outubro de 1994, responsável da Estação Experimental de Produção Animal da DRAEDM;

De Dezembro de 1991 a Junho de 1993, responsável da Divisão de Informação de Contabilidades Agrícolas da DRAEDM;

De Agosto de 1987 a Dezembro de 1991, técnico superior da DRAEDM a exercer funções na Divisão de Informação de Contabilidades Agrícolas.

Projecto Norte de Portugal 2020: Definição de Esquemas Regionais de Serviços Colectivos Territoriais — Diagnóstico Prospectivo dos Serviços em Meio Rural no EDM, do ON — Medida 3.19, em 2003-2005;

Projecto de cooperação Gestão de Empresas do Programa de Apoio às Médias Empresas Agrícolas Santomenses, de 1999 a 2001;

Projecto PAMAF-IED 0036 Desenvolvimento Agrícola Sustentável: Metodologia e Definição dos Critérios de Intervenção em Zonas de Montanha, em 1997-2000, executado no quadro do PAMAF-Medida 4-IED.

Em 28 de Março de 2007, é nomeado em regime de substituição — Delegado Regional do Cávado, conforme Despacho n.º 10126/2007 publicado no D.R. n.º 105, 2.ª Série, de 31 de Maio.

Despacho n.º 7453/2008

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela lei 51/2005, de 30 de Janeiro, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo Direcção Intermédia de 1.º Grau — Director de Serviços de Valorização Ambiental e Apoio à Sustentabilidade — constante da Portaria n.º 219-G/2007, de 28 de Fevereiro, no Correio da Manhã, no *Diário da República* e na Bolsa de Emprego Público.

Decorreram as operações de selecção, a cargo do Júri, de acordo com os métodos então publicitados na Bolsa de Emprego Público.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o Júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar o cargo o candidato, Rui Manuel Pereira Martins.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente a aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados, considero que face a tais resultados, o candidato, Rui Manuel Pereira Martins, possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo concurso.

Assim, nomeio para o cargo de Director de Serviços de Valorização Ambiental e Apoio à Sustentabilidade, o Licenciado, Rui Manuel Pereira Martins, em comissão de serviço e pelo período de 3 anos, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, auferindo a retribuição correspondente à categoria de origem, de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 31.º do mesmo diploma.

O presente despacho produz efeitos desde o dia 1 de Fevereiro de 2008

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de contas)

26 de Fevereiro de 2008. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d' Oliveira Guerra*.

Nota curricular

Dados Pessoais — Rui Manuel Pereira Martins, Casado, nascido em 25/01/1957, natural de Lobrigos (S. João Baptista), Concelho de St.ª Marta de Penaguião e residente na Rua do Santana, n.º 22 — Gondzaves, 4705-139 BRAGA.

Formação Académica:

Licenciatura em Engenharia Zootécnica

Curso de Especialização em Gestão e Administração Pública

Formação Profissional:

Curso de FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública

Ação de Formação GESCOR — Gestão de Correio

Cursos “FEOGA — Secção Orientação”, pelo Centre For European Agricultural Studies (1985) e

“Agricultura Portuguesa — A Reforma da PAC — 2.ª Etapa de Adeção”, promovido pela DRAEDM

(1990);

Curso “Intensive Extension”, pela International Livestock Management Schools, Canadá (1996);

Curso de Defesa Nacional, promovido pelo Instituto de Defesa Nacional (2005).

Experiência Profissional:

De Outubro de 2003 a Fevereiro de 2007, Director de Serviços de Desenvolvimento Rural da DRAEDM;

De Julho de 1996 a Outubro de 2003, Director de Serviços de Agricultura da DRAEDM;

De Maio de 1993 a Julho de 1996, Director de Serviços de Experimentação da DRAEDM;

De Setembro de 1987 a Maio de 2003, Chefe de Divisão de Experimentação e Fomento da Produção Animal da DRAEDM;

De Novembro de 1986 a Setembro de 1987, Responsável pela Divisão de Experimentação e Fomento da Produção Animal;

De Abril de 1982 a Novembro de 1986, técnico superior na Direcção de Serviços de Produção Agrária da DRAEDM;

Gestor do Programa Agro-Pecuário/Leite da Região de Entre Douro e Minho (PIDDAC 1985);

Representante a DRAEDM na elaboração e acompanhamento dos seguintes Programas Regionais (Ajudas de Pré-Adesão Portugal/CEE -1985): Instalação da Rede Regional de Abate, Melhoria das Condições de Comercialização de Gado no Entre Douro e Minho e Programa de Recria de Novilhas — 1ª fase;

Delegado do Responsável Nacional do Programa de Melhoria das Condições de Produção Vegetal e Animal da Região de EDM, Acções de Pré-Adesão Portugal/CEE (1986);

Membro do Conselho Técnico da AGROS — União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, na área do melhoramento das condições de produção de leite (1989) e do Conselho de Administração da ABLN — Associação para o Apoio à Bovinicultura Leiteira do Norte, como vogal (1993 a 1999);

Coordenação da candidatura de projectos de I&DE ao Programa PRAXIS XXI e ao Programa AGRO, Medida 8. Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração, bem como a execução material e financeira dos aprovados (1996 a 2003);

Coordenação da actividade da DRAEDM relativa à promoção e execução das Acções 2, 4.2.1, 5, 6 e 7.1, da Medida AGRIS (QCA III) (2003 a 2007).

Em 24 de Abril de 2007, é nomeado em regime de substituição — Director de Serviços de Valorização Ambiental e Apoio à Sustentabilidade, conforme Despacho n.º 10136/2007 publicado no D.R. n.º 105, 2.ª Série, de 31 de Maio.

Despacho n.º 7454/2008

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela lei 51/2005, de 30 de Janeiro, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo Direcção Intermédia de 1.º Grau — Director de Serviços de Agricultura e Pescas — constante da Portaria n.º 219-G/2007, de 28 de Fevereiro, no Correio da Manhã, no *Diário da República* e na Bolsa de Emprego Público.

Decorreram as operações de selecção, a cargo do Júri, de acordo com os métodos então publicitados na Bolsa de Emprego Público.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o Júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar o cargo o candidato, Manuel António Ovelheiro.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente a aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados, considero que face a tais resultados, o candidato, Manuel António Ovelheiro, possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo concurso.

Assim, nomeio para o cargo de Director de Serviços de Agricultura e Pescas o Licenciado, Manuel António Ovelheiro, em comissão de serviço e pelo período de 3 anos, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, auferindo a retribuição correspondente à categoria de origem, de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 31.º do mesmo diploma.

O presente despacho produz efeitos desde o dia 1 de Fevereiro de 2008

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de contas)

26 de Fevereiro de 2008. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d' Oliveira Guerra*.

Nota curricular

Dados Pessoais — Manuel António Ovelheiro, casado, nascido em 23-01-1951, natural de Mogadouro e residente na Rua de Haia, n.º 22 — Sr.ª da Hora — 4460 MATOSINHOS.

Formação Académica:

Licenciatura em Engenharia Agronómica.